

PARECER Nº 8/2026/STM-CDGA-CMA/STM/ANP-RJ-e

Rio de Janeiro, *data da assinatura eletrônica*.

Assunto: Oferta Permanente de Concessão - Diretrizes Ambientais - 127 (cento e vinte e sete) b locos nas bacias do Espírito Santo, Campos e Santos.

1. OBJETIVO

O objetivo deste Parecer é analisar as considerações técnicas emitidas pelos órgãos ambientais competentes, visando à oferta de **127 (cento e vinte e sete) blocos** localizados nas bacias do Espírito Santo, Campos e Santos, em atendimento ao Art. 6º, § 2º, da Resolução do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) nº 17/2017, observando o disposto na Portaria Interministerial MME/MMA nº 01/2022.

Trata-se da análise das principais recomendações ambientais apresentadas para a oferta dos blocos para a Oferta Permanente de Concessão (OPC), bem como das eventuais restrições e condicionantes que deverão ser observadas pelos operadores durante o processo de licenciamento ambiental, constantes na **Manifestação Conjunta nº 01/2026 MME/MMA**.

Este Parecer responde ao Ofício Nº 67/2026/SPL/ANP-RJ-e (SEI 5720163), em complemento ao Parecer nº 7/2026/STM-CDGA-CMA/STM/ANP-RJ-e (SEI 5724121) que tratou exclusivamente dos blocos da Oferta Permanente de Partilha.

2. REFERÊNCIAS

- [1] Processo: 48610.228532/2025-14;
- [2] Resolução CNPE nº 17/2017, de 08 de junho de 2017;
- [3] Resolução CNPE nº 27/2021, de 09 de dezembro de 2021;
- [4] Portaria Interministerial MME/MMA nº 01/2022, de 22 de março de 2022;
- [5] Portaria GM/MMA nº 806, de 24 de outubro de 2023;
- [6] Ofício Circular Nº 718/2025/MMA (SEI 5433246);
- [7] Parecer Técnico nº 493/2025/MMA (SEI 5433247);
- [8] Manifestação Conjunta nº 01/2026 MME/MMA (SEI 5724105);
- [9] Portaria GM/MMA Nº 918, de 29 de dezembro de 2023.

3. INTRODUÇÃO

A Resolução CNPE nº 17/2017 [2], modificada pela Resolução CNPE nº 27/2021 [3], autorizou a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) a definir e licitar blocos em quaisquer bacias terrestres ou marítimas, bem como licitar campos devolvidos ou em processo de devolução, por meio de ofertas permanentes, à exceção dos campos ou blocos na área do pré-sal e nas áreas estratégicas, que

demandam Resolução específica do CNPE.

O art. 6º da Resolução CNPE nº 17/2017 [2] dispõe que o planejamento de outorga de áreas levará em consideração as conclusões de estudos multidisciplinares de avaliação ambiental de bacias sedimentares, com abrangência regional, que subsidiarão o planejamento estratégico de políticas públicas, de modo a conferir maior segurança e previsibilidade ao processo de licenciamento ambiental dos empreendimentos petrolíferos, segundo as melhores práticas internacionais.

No caso de áreas para as quais ainda não tenham sido concluídos tais estudos, como as que se pretende incluir na Oferta Permanente de Concessões (OPC) nas bacias do Espírito Santo, Campos e Santos, as avaliações sobre possíveis restrições ambientais serão sustentadas por manifestações conjuntas do Ministério de Minas e Energia (MME) e do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA).

Os procedimentos, critérios e prazos para elaboração dos pareceres ambientais pelos órgãos de meio ambiente, responsáveis pelo licenciamento ambiental, e manifestações conjuntas foram disciplinados pela Portaria Interministerial MME/MMA nº 01/2022 [4].

Os 127 (cento e vinte e sete) blocos em estudo distribuem-se em dois lotes distintos: o primeiro, composto por 67 (sessenta e sete) novos blocos em estudo nas bacias de Campos e Santos; e o segundo, formado por 60 (sessenta) blocos já disponíveis para oferta na OPC, cuja permanência em oferta poderá ser prorrogada por mais 5 (cinco) anos.

Em relação ao primeiro lote, listado na **Tabela 1**, a ANP solicitou ao IBAMA, ao ICMBio e ao Grupo de Trabalho Interinstitucional de Atividades de Exploração e Produção de Óleo e Gás (GTPEG), instituído pela Portaria GM/MMA nº 806 [5], a elaboração de parecer ambiental.

Tabela 1 - Relação dos 67 (sessenta e sete) novos blocos em estudo nas Bacias de Campos e Santos.

Data	Documento	Bacia	Setor	Blocos
31/05/2023	Ofício 88 (SEI 3101728)	Santos	SS-AUP5 (1 bloco)	S-M-1259
28/06/2023	Ofício 102 (SEI 3170318)	Santos	SS-AUP1 (3 blocos)	S-M-649, S-M-760 e S-M-762
22/11/2024	Ofício 126 (SEI 4452446)	Campos	SC-AP1 (4 blocos)	C-M-71, C-M-111, C-M-159 e C-M-214
			SC-AUP1 (8 blocos)	C-M-113, C-M-115, C-M-161, C-M-163, C-M-165 C-M-216, C-M-281 e C-M-283
			SC-AUP2 (1 bloco)	C-M-352
29/01/2025	Ofício 33 - (SEI 4680935)	Santos	SS-AUP5 (33 blocos)	S-M-1382, S-M-1388, S-M-1498, S-M-1500, S-M-1502, S-M-1506, S-M-1508, S-M-1510, S-M-1512, S-M-1514, S-M-1611, S-M-1621, S-M-1623, S-M-1625, S-M-1627, S-M-1629, S-M-1631, S-M-1633, S-M-1721, S-M-1723, S-M-1725, S-M-1727, S-M-1733, S-M-1735, S-M-1737, S-M-1739, S-M-1741, S-M-1827, S-M-1829, S-M-1831, S-M-1833, S-M-1835, S-M-1837
<i>Para esses blocos não foi necessária</i>		Campos	SC-AP1 (2 blocos)	C-M-37, C-M-67
			SC-AP3 (6 blocos)	C-M-210, C-M-277, C-M-344, C-M-346, C-M-411 e C-M-413
			SC-AP5 (5 blocos)	C-M-657, C-M-709, C-M-791, C-M-821 e C-M-823

solicitação de parecer ao GTPEG		SC-AUP4 (2 blocos)	C-M-825 e C-M-845
	Santos	SS-AUP1 (1 bloco)	S-M-764
		SS-AUP5 (1 blocos)	S-M-766

As solicitações da ANP foram atendidas em 15/10/2025, por meio do Ofício Circular Nº 718/2025/MMA [6], que encaminhou o Parecer Técnico nº 493/2025/MMA [7]. Em seu parecer, o GTPEG destacou que:

"Considerando que as três bacias sedimentares em questão possuem atividade petrolífera consolidada e com vasto conhecimento das equipes técnicas, fato que não encontra similar nas demais bacias sedimentares do país, o presente Parecer analisou os setores (e não bloco a bloco)."

De acordo com a Resolução CNPE nº 17/2017 [2], não se faz necessária a manifestação dos órgãos estaduais de meio ambiente, uma vez que não há blocos situados em bacias terrestres.

Em 11/02/2026, com base no Parecer Técnico nº 493/2025/MMA [7], foi assinada, pelo MMA e pelo MME, a Manifestação Conjunta nº 01/2026 MME/MMA [8], que considerou aptos para oferta blocos e áreas do pré-sal localizados nos 20 (vinte) setores analisados. Em sua conclusão, a referida manifestação registra que:

"Após análise conjunta, seguindo os procedimentos, prazos e critérios estabelecidos na Portaria Interministerial MME/MMA nº 01/2022 [2], o MME e o MMA consideram aptos e concordam com a inclusão dos setores SS-API, SS-AP2, SS-AP3, SS-AP4, SS-AUPI, SS-AUP2, SS-AUP3, SS-AUP4 e SS-AUP5 da Bacia de Santos, SC-API, SC-AP2, SC-AP3, SC-AP4, SC-AP5, SC-AUPI, SC-AUP2, SC-AUP3 e SC-AUP4 da Bacia de Campos, SES-AP2 e SES-AUP3 da Bacia do Espírito Santo, indicados na Tabela 4 e apresentados na Figura 10, no âmbito da Oferta Permanente de Áreas para Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural, em observância à legislação aplicável."

Desta forma, cumpre ressaltar que os últimos 17 (dezessete) blocos apresentados na **Tabela 1**, sendo 15 (quinze) localizados na Bacia de Campos e 2 (dois) na Bacia de Santos, não necessitam de parecer do GTPEG, por estarem integralmente contidos nos 20 (vinte) setores considerados aptos na Manifestação Conjunta nº 01/2026 MME/MMA [8].

Da mesma forma, os 60 (sessenta) blocos já disponíveis para oferta na OPC, por estarem localizados nos 20 (vinte) setores considerados aptos, encontram-se automaticamente abrangidos pela Manifestação Conjunta nº 01/2026 MME/MMA [8]. Assim, em resposta ao questionamento do parágrafo 6 do Ofício Nº 67/2026/SPL/ANP-RJ-e (SEI 5720163), esta STM entende que os blocos listados na **Tabela 2** poderão permanecer em oferta por mais 5 (cinco) anos, contados da emissão da Manifestação Conjunta nº 01/2026 MME/MMA [8].

Tabela 2 - Relação das áreas disponíveis para oferta na OPC

Bacia	Setor	Blocos
Espírito Santo	SES-AP2 (7 blocos)	ES-M-595, ES-M-665, ES-M-737, ES-M-739, ES-M-741, ES-M-789 e ES-M-791
	SES-AUP3 (2 blocos)	ES-M-745 e ES-M-793
	SC-AP1 (6 blocos)	C-M-13, C-M-69, C-M-107, C-M-109, C-M-157 e C-M-212
	SC-AP3 (2 blocos)	C-M-279, C-M-348

Campos	SC-AUP2 (7 blocos)	C-M-350, C-M-415, C-M-417, C-M-481, C-M-483, C-M-485 e C-M-549
	SC-AUP3 (1 bloco)	C-M-545
	SC-AUP4 (1 bloco)	C-M-847
Santos	SS-AP1 (6 blocos)	S-M-164, S-M-166, S-M-168, S-M-170, S-M-233 e S-M-235
	SS-AP3 (3 blocos)	S-M-1103, S-M-1105 e S-M-1233
	SS-AP4 (9 blocos)	S-M-1229, S-M-1231, S-M-1352, S-M-1354, S-M-1478, S-M-1480, S-M-1597, S-M-1811 e S-M-1906
	SS-AUP4 (7 blocos)	S-M-1607, S-M-1609, S-M-1823, S-M-1825, S-M-1916, S-M-1918 e S-M-1920
	SS-AUP5 (9 blocos)	S-M-881, S-M-883, S-M-885, S-M-887, S-M-889, S-M-1006, S-M-1008, S-M-1494 e S-M-1496

Na **Figura 1** estão representados os 127 (cento e vinte e sete) blocos listados nas **Tabelas 1 e 2**.

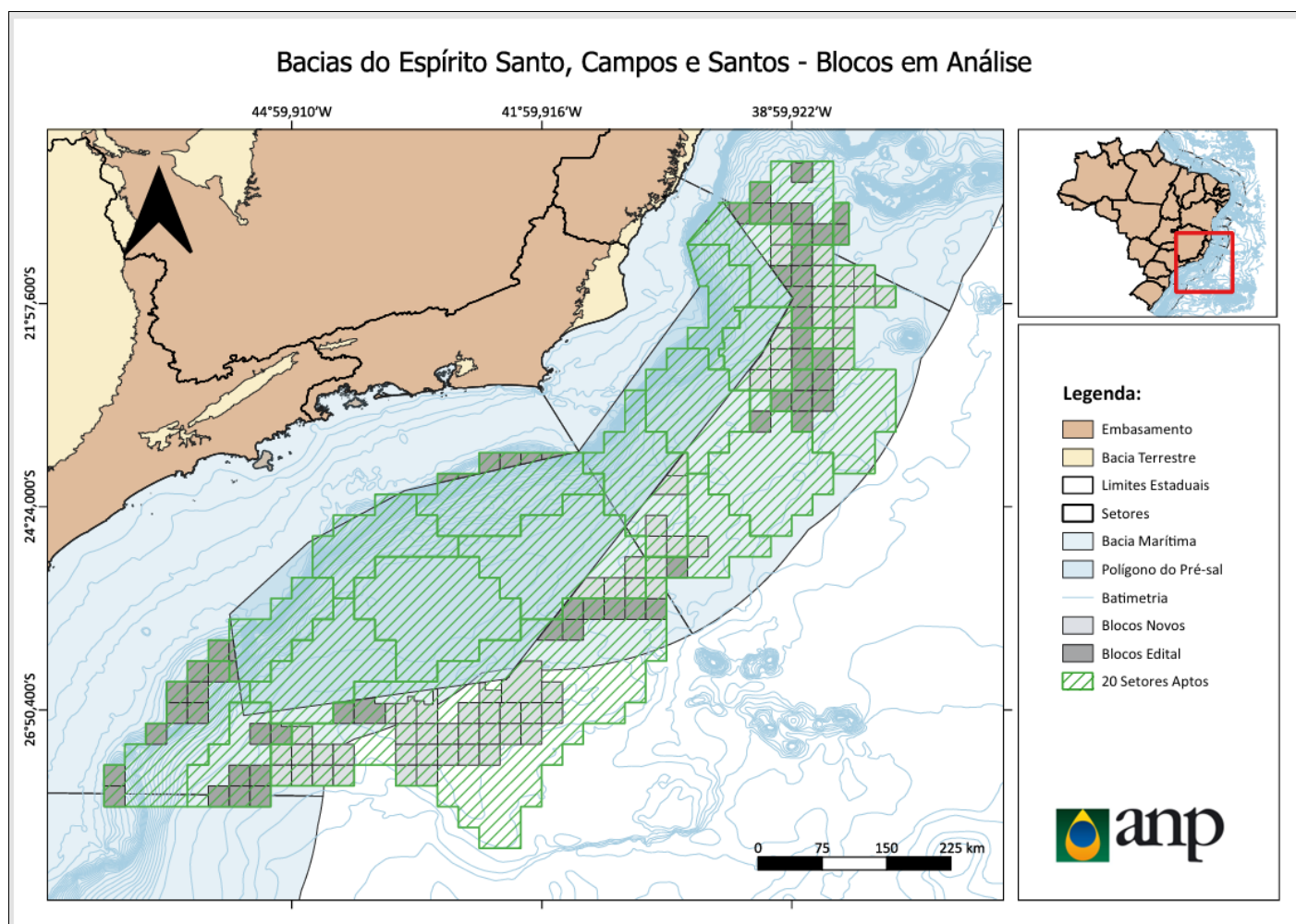


Figura 1 – Localização dos 127 (cento e vinte e sete) blocos em análise.

4. ANÁLISE DAS ÁREAS A SEREM OFERTADAS

A Portaria Interministerial MME/MMA nº 01/2022 [4], em seu art. 2º, inciso I, estabelece que, após a definição, pela ANP, dos blocos ou áreas a serem ofertadas de forma permanente, e tratando-se de bacia sedimentar marítima, devem ser solicitados pareceres ao IBAMA e ao ICMBio e, quando couber, a outros órgãos e entidades da administração pública.

No caso dos setores em análise, o Parecer Técnico nº 493/2025/MMA [7] foi elaborado pelo GTPEG, com a participação de representantes do MMA, IBAMA e do ICMBio. Sua composição vigente foi estabelecida pela Portaria GM/MMA Nº 918 [9]. O referido parecer apresenta a análise ambiental prévia realizada pelas equipes do MMA e de suas entidades vinculadas, com a finalidade de subsidiar o posicionamento ministerial no âmbito da Manifestação Conjunta nº 01/2026 [8], contemplando a análise de 20 (vinte) setores localizados nas Bacias do Espírito Santo, Campos e Santos.

Após o recebimento dos pareceres ambientais, cabe à ANP avaliar as recomendações específicas contidas na documentação, e promover, quando necessário, recortes nos blocos para a adequação de seus limites ou a exclusão de áreas ambientalmente sensíveis apontadas pelos órgãos ambientais.

Considerando a localização dos citados blocos, objeto de concessão e passíveis de inclusão no edital da Oferta Permanente de Concessão, cumpre destacar que o Parecer Técnico nº 493/2025/MMA e a Manifestação Conjunta nº 01/2026 [8] observaram os regramentos aplicáveis da Portaria Interministerial MME/MMA nº 01/2022 [4], especialmente aqueles previstos no art 4º, inciso I, alínea "a", referente à exclusão de áreas com sobreposição a unidades de conservação, inciso II alínea "c", relativo à sobreposição com áreas de ocorrência de fauna ameaçadas de extinção; e no inciso III, que trata do potencial petrolífero. Também foram consideradas eventuais restrições ambientais incidentes sobre as áreas ou blocos a serem ofertados, bem como os aspectos específicos apontados pelos órgãos consultados.

Os demais critérios estabelecidos pelo art. 4º da Portaria não se aplicam à presente análise, por tratarem de aspectos específicos de áreas e/ou blocos terrestres.

4.1. Dos Aspectos específicos apontados pelos órgãos consultados - GTPEG

O Parecer Técnico nº 493/2025/MMA [7] destacou que a avaliação nele contida resultou do trabalho de integrantes das seguintes entidades e unidades: Ibama, ICMBio, SBIO/MMA, SQA/MMA, SMC/MMA, SBC/MMA e SECEX/MMA. No item 3, intitulado *Avaliação dos Setores Propostos*, são apresentadas considerações sobre diferentes fatores de sensibilidade ambiental, sua distribuição espacial e o grau de sobreposição com os 20 (vinte) setores propostos para a exploração e produção de petróleo e gás natural em águas profundas e ultraprofundas nas bacias sedimentares marítimas de Espírito Santo, Campos e Santos, incluindo o Polígono do pré-sal.

O documento ressalta que as bacias sedimentares marítimas do Sudeste, por vezes mencionadas como integrantes da Margem Leste, constituem regiões de interesse petrolífero há décadas. Trata-se de área com atividade petrolífera consolidada, infraestrutura estabelecida de produção e escoamento de petróleo e gás natural, expressiva disponibilidade de informações ambientais sobre os meios físico, biótico e socioeconômico, além de processo de licenciamento ambiental já consolidado no âmbito do IBAMA.

4.1.1. Fatores de sensibilidade

Os fatores de sensibilidade avaliados no parecer incluem, entre outros, os apresentados resumidamente nos itens a seguir.

4.1.1.1. Oceano e a mudança do clima

Com relação às considerações sobre o oceano e a mudança do clima, o parecer destaca que o oceano é um importante regulador climático e, se não fosse por sua função, a temperatura do planeta estaria ainda mais alta do que está hoje. Para que ele continue desempenhando essa função, é fundamental que

ele esteja saudável, ou seja, que suas funções ecológicas, seus ecossistemas, estejam funcionando, vivos e resilientes. Além de regulador, o oceano tem uma função importante na captura de CO₂, na qual habitats e espécies marinhas atuam como sumidouros de carbono.

4.1.1.2. Áreas prioritárias para conservação da biodiversidade

Dentre os setores analisados, 4 (quatro) apresentam sobreposição parcial com Áreas Prioritárias com indicação de criação de unidades de conservação, quais sejam:

1. O setor SC-AUP1 se sobrepõe à área ZCM-89;
2. Os setores SES-AP2 e SES-AUP3 se sobrepõem à área ZCM 84 e;
3. O setor SC-AP1 se sobrepõe à área ZCM-91.

Além disso, verificou-se a sobreposição de outros setores com áreas prioritárias classificadas como de importância biológica extremamente alta, conforme descrito abaixo:

1. Os setores SS-AP1; SS-AP2 e SS-AP3 se sobrepõem à área ZCM-103;
2. Os setores SC-AP5 e SS-AP1 se sobrepõem à área ZCM-104;
3. Os setores SS-AP2 e SS-AP3 se sobrepõem à área ZCM-134;
4. Os setores SES-AP2 e SES-AUP3 se sobrepõem à área ZCM-84;
5. Os setores SC-AP1e SC-AP2 se sobrepõem à área ZCM-91;
6. Os setores SC-AP2 e SC-AP3 se sobrepõem à área ZCM-92; e
7. O setor SC-AP5 se sobrepõe à área ZCM-96.

4.1.1.3. Ecossistemas Sensíveis

No que se refere aos ecossistemas sensíveis, o parecer indica a existência de sobreposições ou de possíveis impactos sobre ecossistemas e habitats sensíveis na região dos setores analisados. O documento destaca que a região do Complexo Recifal dos Abrolhos é uma das mais sensíveis e importantes para a conservação da biodiversidade no Atlântico Sul e observa, ainda, que os setores analisados também estão próximos à Cadeia Vitória-Trindade. Nesse contexto, considerando a necessidade de proteção da região do Complexo Recifal de Abrolhos e da Cadeia Vitória-Trindade, o parecer enfatiza que é importante evitar a expansão da atividade exploratória em direção a essa região, conforme abaixo:

" Os setores SES-AP2 e SES-AUP3, mais ao norte, são aqueles mais próximos à região e o GTPEG recomenda que não sejam ofertadas áreas adicionais nesses setores."

Adicionalmente, assinala que dentre os setores avaliados, há sobreposição significativa do setor SC-AUP1 com o **Monte Submarino Almirante Saldanha**, recomendando o recorte deste setor de maneira a obter um afastamento mínimo, conforme ilustrado na **Figura 2**.

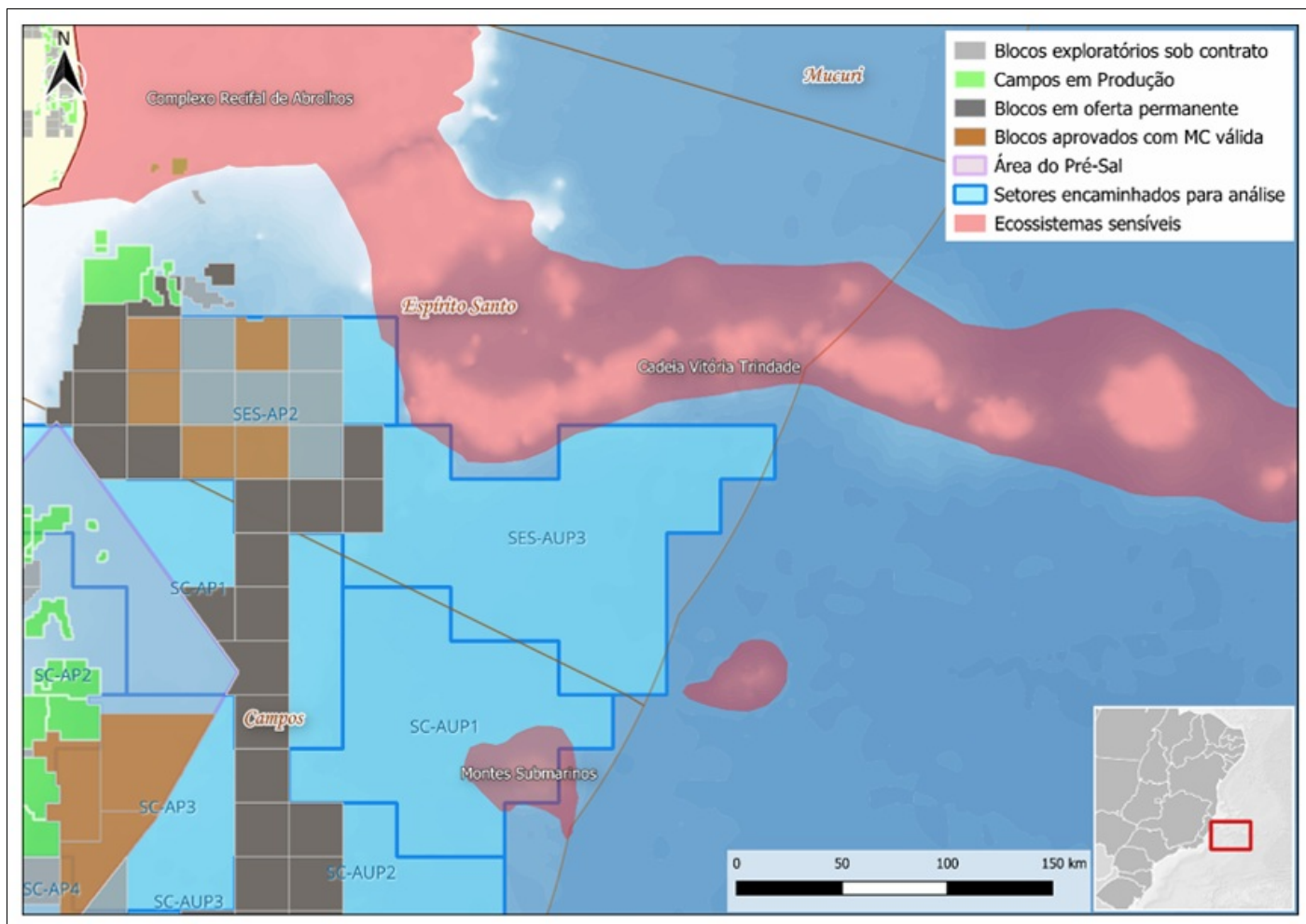


Figura 2 – Localização Complexo Recifal dos Abrolhos e da Cadeia Vitória-Trindade e Monte Submarino Almirante Saldanha – Fonte: Figura 11 do Parecer Técnico nº 493/2025/MMA.

4.1.1.4. Sensibilidade da biodiversidade e Espécies da Fauna Brasileira Ameaçadas de Extinção

Com relação à sensibilidade da biodiversidade e à presença de espécies da fauna brasileira ameaçadas de extinção, foram considerados os registros de ocorrência dessas espécies com base nos dados do Sistema de Avaliação do Risco de Extinção da Biodiversidade - SALVE, organizado pelo ICMBio. Esses dados subsidiam os Planos de Redução de Impactos das Atividades de Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural sobre a Biodiversidade Marinha e Costeira (PRIM-PGMar).

Na Bacia do Espírito Santo, a análise do GTPEG aponta que os setores SES-AP2 e SES-AUP3 são áreas sensíveis, destacando-se como mais relevantes a região da quebra do talude no setor SES-AP2 e a porção próxima à Cadeia Vitória- Trindade no setor SES-AUP3. Apresentam sobreposição com a área de ocorrência de 84 espécies sensíveis às atividades de E&P de petróleo e gás.

Na Bacia de Campos foram registradas 109 (cento e nove) espécies sensíveis nos setores SC-AP1; SC-AP2; SC-AP3; SC-AP4 e SC-AP5. Além disso, nos setores SC-AUP1; SC-AUP2; SC-AUP3 e SC-AUP4, foram registradas 80 (oitenta) espécies sensíveis à Exploração e Produção de Petróleo e Gás (EPP&G). Adicionalmente, destacam-se os setores SC-AP1 e SC-AP2, ambos localizados na quebra do talude, e os setores SC-AP4 e SC-AP5, que compartilham Unidade de Planejamento com índice de sensibilidade relevante.

Na Bacia de Santos, para os setores SS-AP1; SS-AP2; SS- AP3 e SS-AP4, foram registradas 87 (oitenta e sete) espécies sensíveis. Para os setores SS-AUP1; SS-AUP2; SS-AUP3 e SS-AUP4, foram registradas 55 (cinquenta e cinco). O GTPEG também considera que, no setor SS-AUP5, há uma região mais sensível situada no final do Cânion de Cananéia, inserida na Ecorregião Plataforma Continental Sul.

A relação das espécies ameaçadas com registros de ocorrência nos setores em estudo foi apresentada no Anexo 1 do Parecer Técnico nº 493/2025/MMA [7].

4.1.1.5. **Unidades de Conservação**

Não foram identificadas sobreposições diretas com unidades de conservação existentes ou em processo de criação ou ampliação na análise dos 20 (vinte) setores exploratórios.

4.1.1.6. **Recursos Pesqueiros**

Em relação aos recursos pesqueiros, destaca-se que a Bacia de Santos concentra a maior parte da atividade pesqueira no Brasil, o que, aliado à intensa exploração petrolífera na região, amplia significativamente a possibilidade de conflitos de uso, especialmente em razão das restrições de acesso a áreas tradicionalmente utilizadas para a pesca. Embora, em sua maioria, os setores analisados não se sobreponham às áreas de pesca mais relevantes, com exceção daqueles que coincidem com áreas de quebra de talude, notadamente as porções mais a oeste dos setores SS-AP1, SS-AP2, SS-AP3, além da totalidade do setor SS-AP4.

Na Bacia de Campos destaca-se o setor SC-AUP1, associado a um monte submarino, ambiente de elevada sensibilidade ambiental e relevante para a atividade pesqueira, por funcionar como habitat estratégico para diversas espécies de interesse ecológico e econômico.

Já na Bacia do Espírito Santo, o parecer aponta que a porção norte dos setores SES-AP2 e SES-AUP3 se sobrepõe a áreas sensíveis.

4.1.2. **Considerações sobre o licenciamento ambiental**

A região das bacias do Sudeste concentra a maior experiência no licenciamento ambiental federal nos últimos 25 (vinte e cinco) anos, no que se refere à análise de atividades de exploração e produção de óleo e gás, conforme item 4 do parecer [7].

No caso das bacias em avaliação, há importantes séries históricas de monitoramento de diversos grupos animais e de parâmetros ambientais, boa parte delas proveniente de projetos de abrangência regional. Algumas áreas dos setores propostos, em especial as que ainda não têm blocos sob contrato, são menos conhecidas do que outras, e o licenciamento ambiental deve levar isso em consideração ao elaborar os termos de referência e as medidas ambientais condicionantes.

Com a consolidação das atividades petrolíferas nas bacias de Espírito Santo, Campos e Santos, foram desenvolvidas diversas iniciativas regionalizadas no âmbito das medidas ambientais exigidas pelo licenciamento. Novos empreendimentos, sempre que possível, devem buscar inserir-se de forma harmônica nesse contexto, otimizando recursos e ampliando o escopo das iniciativas regionais.

Para futuros processos de licenciamento dos blocos situados nos setores em análise, é importante considerar, adicionalmente, os seguintes aspectos:

- Os Planos de Emergência Individuais dos empreendimentos deverão contemplar análises de vulnerabilidade com especial atenção aos ecossistemas sensíveis ao toque de óleo, às Unidades de Conservação e às espécies ameaçadas presentes na área. O planejamento da contingência deverá levar em consideração modelagens hidrodinâmicas de dispersão de óleo que utilizem o estado da arte do conhecimento científico da região. Nesse contexto, poderão ser exigidos recursos adicionais aos recursos mínimos previstos na Resolução CONAMA nº 398/08;
- Embora inseridas em bacias com histórico de produção petrolífera, algumas áreas mais distantes da costa ainda permanecem relativamente pouco conhecidas do ponto de vista da biodiversidade. Assim, deverá ser dada especial atenção às lacunas de conhecimento existentes durante o processo de licenciamento ambiental;
- Destaca-se ainda a presença potencial de ecossistemas raros e sensíveis na região do talude e em áreas mais profundas, como recifes de águas profundas, muito

importantes para a manutenção da biodiversidade e dos serviços ecossistêmicos (inclusive a pesca);

- Não deverá ser permitida a perfuração de poços ou a deposição de equipamentos e infraestrutura sobre comunidades bentônicas, como recifes de águas profundas e bancos de rodolitos;
- Também merece destaque a maior intensidade de pesca nos setores da Bacia de Santos. O licenciamento ambiental deve considerar essas atividades de maneira específica no processo de avaliação de impactos ambientais;
- Além disso, os setores avaliados encontram-se em posição adjacente a áreas onde já ocorrem outras atividades petrolíferas. Nesses casos, o licenciamento ambiental deverá dar especial atenção à avaliação de impactos sinérgicos e cumulativos;
- Foi identificada a presença potencial de diversas espécies ameaçadas de extinção na área dos setores propostos. O licenciamento ambiental deverá considerar de modo especial os impactos das atividades sobre essas espécies;
- Por fim, cabe destacar que o Planejamento Espacial Marinho do Brasil (PEM) está em desenvolvimento, e os estudos técnicos da região Sudeste podem trazer diretrizes e um plano de gestão muito importantes para as áreas analisadas nesse parecer. No momento da oferta dessas áreas ou do licenciamento ambiental subsequente, as diretrizes do PEM Brasil devem ser consideradas.

4.1.3. **Recomendações da análise ambiental**

O parecer [7] apresenta um quadro com os fatores de sensibilidade ambiental identificados, acompanhado de recomendações organizadas por bacia sedimentar e por setor analisado. O documento também recomenda ajustes nas áreas dos setores SES-AP2, SES-AUP3, SC-AP1, SC-AP2 e SC-AUP1, conforme detalhado na **Figura 3**.

O maior detalhamento das áreas de exclusão recomendadas para os blocos nos setores propostos está apresentado na **Figura 4**. Ressalta-se que as áreas situadas fora do polígono em amarelo não estão aprovadas para inclusão em ciclos de oferta permanente.

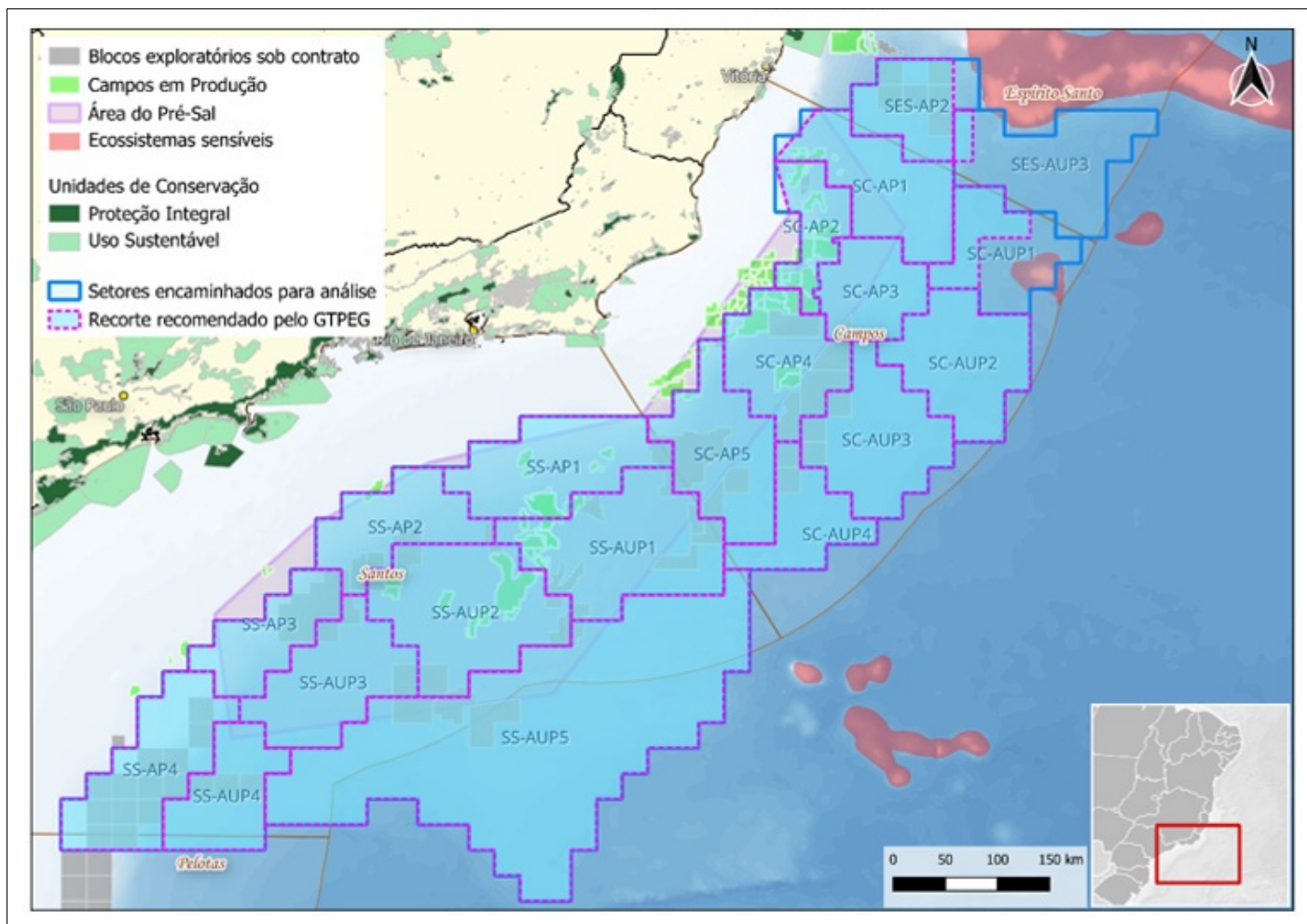


Figura 3 – Adequações recomendadas pelo GTPEG (linha pontilhada em roxo) – Fonte: Figura 24 Parecer GTPEG 493

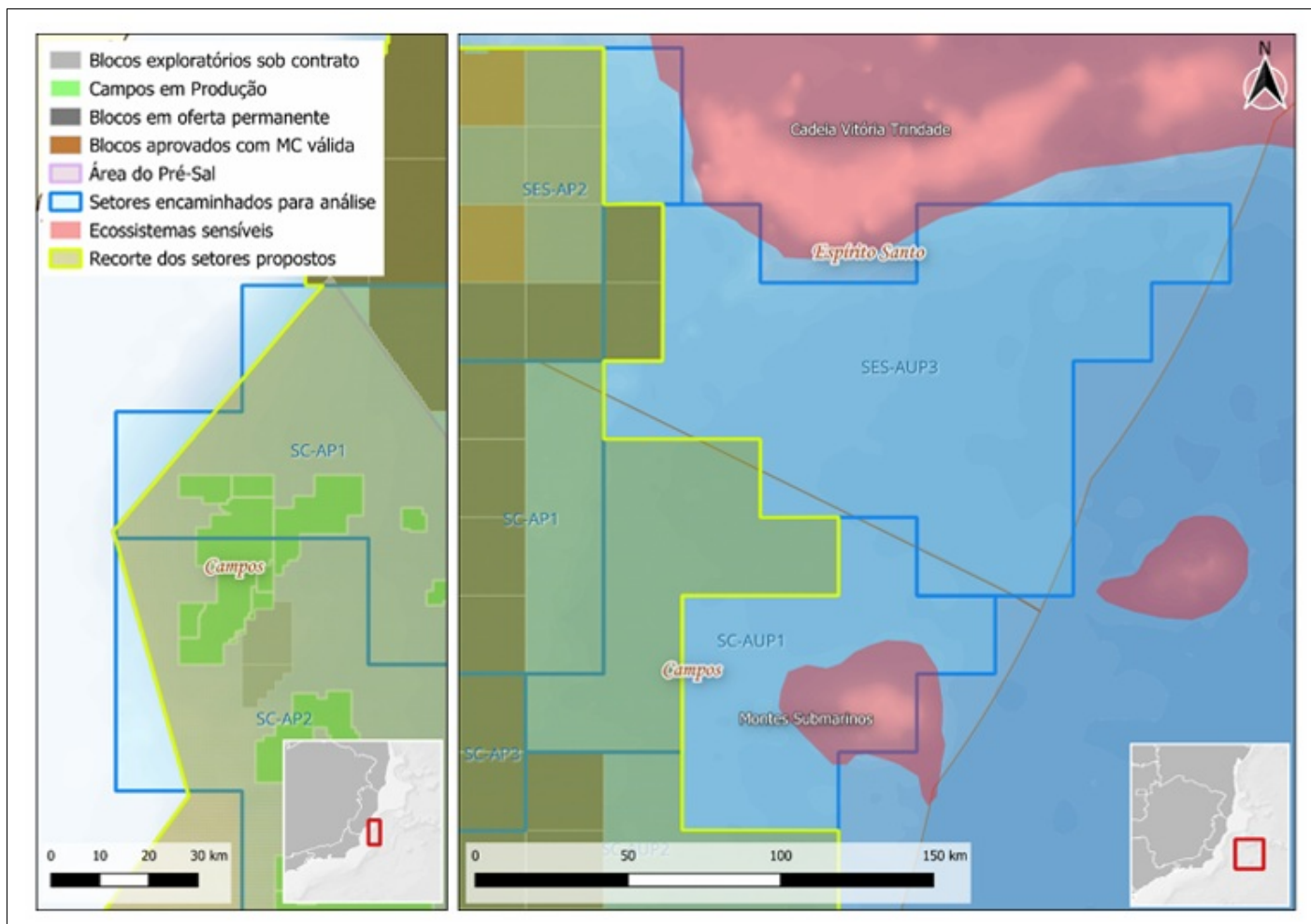


Figura 4 – Detalhes dos recortes recomendados para os setores em análise – Fonte: Figura 25 Parecer GTPEG 493

4.2. Da Manifestação Conjunta

A Portaria Interministerial MME/MMA nº 01/2022 [4], no seu artigo 4º, dispõe sobre as recomendações de exclusão e estabelece o conteúdo das análises relativo à eventual sobreposição com áreas sensíveis e ao potencial petrolífero dos blocos em avaliação. Na sequência, serão apresentadas as informações constantes na Manifestação Conjunta nº 01/2026 MME/MMA [8].

4.2.1. Análise de Sobreposição

Foi considerada a análise de eventual sobreposição com unidades de conservação, áreas prioritárias para a biodiversidade, ocorrência de espécies da fauna ameaçadas de extinção e concentração de atividade pesqueira, realizada pelo GTPEG no Parecer Técnico nº 493/2025/MMA [7]. Não se aplicam, contudo, ao presente caso, as demais sobreposições por meio de geoinformações previstas na Portaria [4], tendo em vista tratar-se de ambiente marítimo.

4.2.2. Potencial Petrolífero

Consta no texto da manifestação que os dados acerca do potencial petrolífero foram baseados nas informações da Superintendência de Avaliação Geológica e Econômica/ANP, disponibilizadas no Sumário Geológico, conforme abaixo:

- Bacia do Espírito Santo – (SEI 5550104);
- Bacia de Campos – (SEI 5550104);
- Bacia de Santos - (SEI 5550106).

4.2.3. Conclusão da Manifestação Conjunta

A manifestação conclui que:

“Após análise conjunta, seguindo os procedimentos, prazos e critérios estabelecidos na Portaria Interministerial MME/MMA nº 01/2022 [2], o MME e o MMA consideram aptos e concordam com a inclusão dos setores SS-AP1, SS-AP2, SS-AP3, SS-AP4, SS AUP1, SS-AUP2, SS-AUP3, SS-AUP4 e SS-AUP5 da Bacia de Santos, SC-AP1, SC-AP2, SC-AP3, SC-AP4, SC-AP5, SC-AUP1, SC-AUP2, SC-AUP3 e SC-AUP4 da Bacia de Campos, SES-AP2 e SES-AUP3 da Bacia do Espírito Santo, indicados na Tabela 4 e apresentados na Figura 10, no âmbito da Oferta Permanente de Áreas para Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural, em observância à legislação aplicável.”

4.3. Da Conformidade com a Portaria Interministerial MME/MMA nº 01/2022

Com base nas informações relatadas acima, é possível afirmar que o Parecer Técnico nº 493/2025/MMA [7], e a Manifestação Conjunta nº 01/2026 [8] estão em conformidade com os requisitos previstos na Portaria Interministerial MME/MMA nº 01/2022 [4].

4.4. Da liberação das áreas para a SPL - Blocos da Oferta Permanente de Concessão

A Manifestação Conjunta nº 01/2026 MME/MMA [8] considerou aptos para oferta os 20 (vinte) setores liberados pelo Parecer Técnico nº 493/2025/MMA [7], listados na Tabela 3.

Tabela 3 - Setores considerados aptos para oferta.

Bacia	Setores
Espírito Santo (2 Setores)	SES-AP2 e SES-AUP3.
Campos (9 Setores)	SC-AP1, SC-AP2, SC-AP3, SC-AP4, SC-AP5, SC-AUP1, SC-AUP2,SC AUP3 e SC-AUP4.
Santos (9 Setores)	SS-AP1, SS-AP2, SS-AP3, SS-AP4, SS-AUP1, SS-AUP2, SS-AUP3, SS AUP4 e SS-AUP5.

Na avaliação da sobreposição dos 127 (cento e vinte e sete) blocos em estudo com os setores liberados, no caso específico da Oferta Permanente de Concessão, confirmou-se a sobreposição desses blocos com os 20 (vinte) setores analisados no Parecer Técnico nº 493/2025/MMA [7]. Desta forma, todos os blocos em análise, indicados na Tabela 4 e representados nos mapas das Figuras 5 a 7 deste Parecer, estão em condições de serem ofertados pela SPL.

Tabela 4 - Relação dos Blocos aptos à oferta na OPC.

Bacia	Setor	Blocos
Espírito Santo	SES-AP2 (7 blocos)	ES-M-595, ES-M-665, ES-M-737, ES-M-739, ES-M-741, ES-M-789 e ES-M-791.

	SES-AUP3 (2 blocos)	ES-M-745 e ES-M-793
Campos	SC-AP1 (12 blocos)	C-M-13, C-M-37, C-M-67, C-M-69, C-M-71, C-M-107, C-M-109, C-M-111, C-M-157, C-M-159, C-M-212 e C-M-214
	SC-AP3 (8 blocos)	C-M-210, C-M-277, C-M-279, C-M-344, C-M-346, C-M-348, C-M-411 e C-M-413
	SC-AP5 (5 blocos)	C-M-657, C-M-709, C-M-791, C-M-821 e C-M-823
	SC-AUP1 (8 blocos)	C-M-113, C-M-115, C-M-161, C-M-163, C-M-165, C-M-216, C-M-281 e C-M-283
	SC-AUP2 (8 blocos)	C-M-350, C-M-352, C-M-415, C-M-417, C-M-481, C-M-483, C-M-485 e C-M-549
	SC-AUP3 (1 bloco)	C-M-545
	SC-AUP4 (3 blocos)	C-M-825, C-M-845, C-M-847
Santos	SS-AP1 (6 blocos)	S-M-164, S-M-166, S-M-168, S-M-170, S-M-233 e S-M-235
	SS-AP3 (3 blocos)	S-M-1103, S-M-1105 e S-M-1233
	SS-AP4 (9 blocos)	S-M-1229, S-M-1231, S-M-1352, S-M-1354, S-M-1478, S-M-1480, S-M-1597, S-M-1811 e S-M-1906
	SS-AUP1 (4 blocos)	S-M-649, S-M-760, S-M-762 e S-M-764
	SS-AUP4 (7 blocos)	S-M-1607, S-M-1609, S-M-1823, S-M-1825, S-M-1916, S-M-1918 e S-M-1920
	SS-AUP5 (44 blocos)	S-M-766, S-M-881, S-M-883, S-M-885, S-M-887, S-M-889, S-M-1006, S-M-1008, S-M-1259, S-M-1382, S-M-1388, S-M-1494, S-M-1496, S-M-1498, S-M-1500, S-M-1502, S-M-1506, S-M-1508, S-M-1510, S-M-1512, S-M-1514, S-M-1611, S-M-1621, S-M-1623, S-M-1625, S-M-1627, S-M-1629, S-M-1631, S-M-1633, S-M-1721, S-M-1723, S-M-1725, S-M-1727, S-M-1733, S-M-1735, S-M-1737, S-M-1739, S-M-1741, S-M-1827, S-M-1829, S-M-1831, S-M-1833, S-M-1835 e S-M-1837

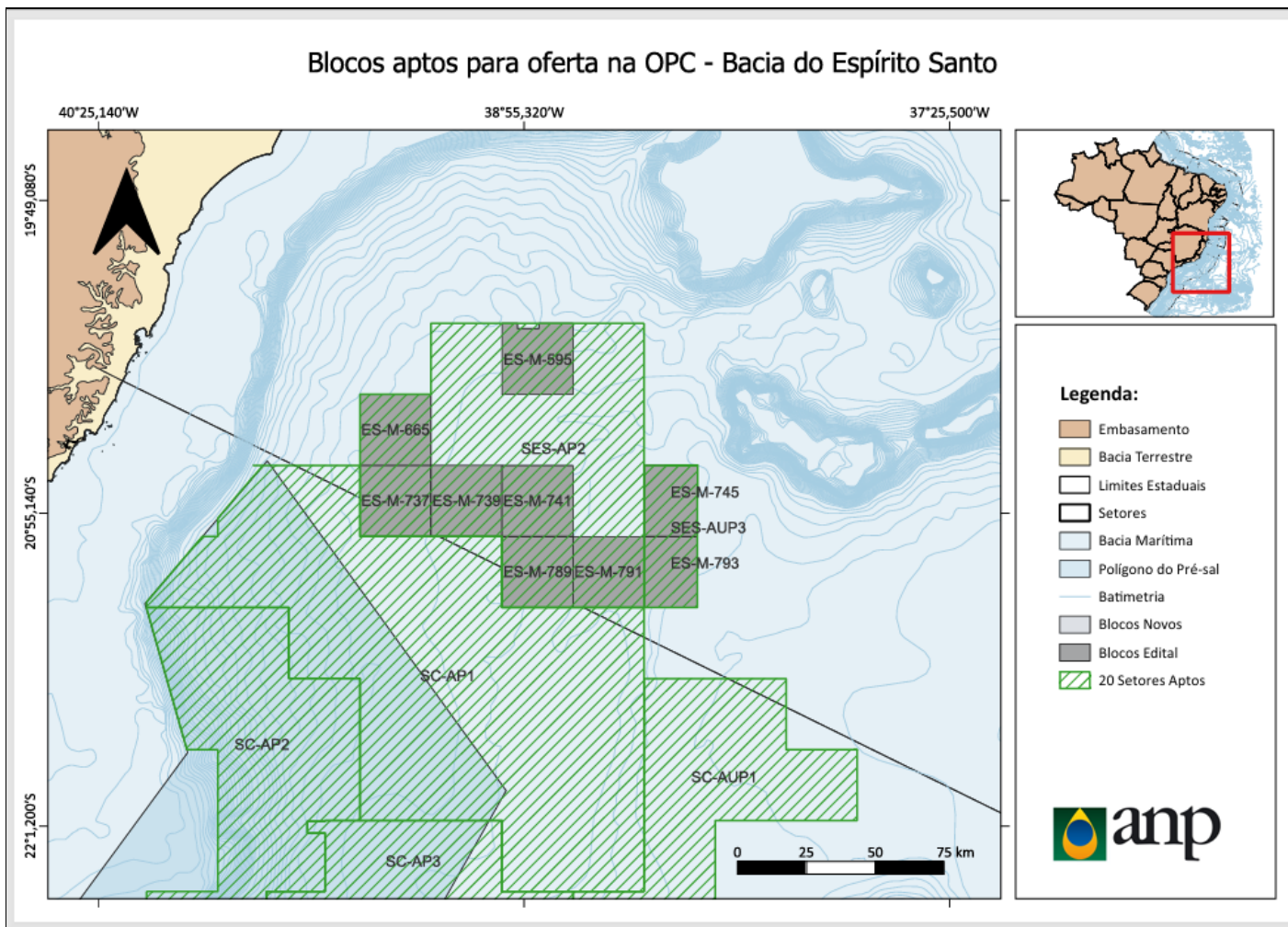


Figura 5 - Blocos aptos para oferta na OPC na Bacia do Espírito Santo.

Blocos aptos para oferta na OPC - Bacia de Campos

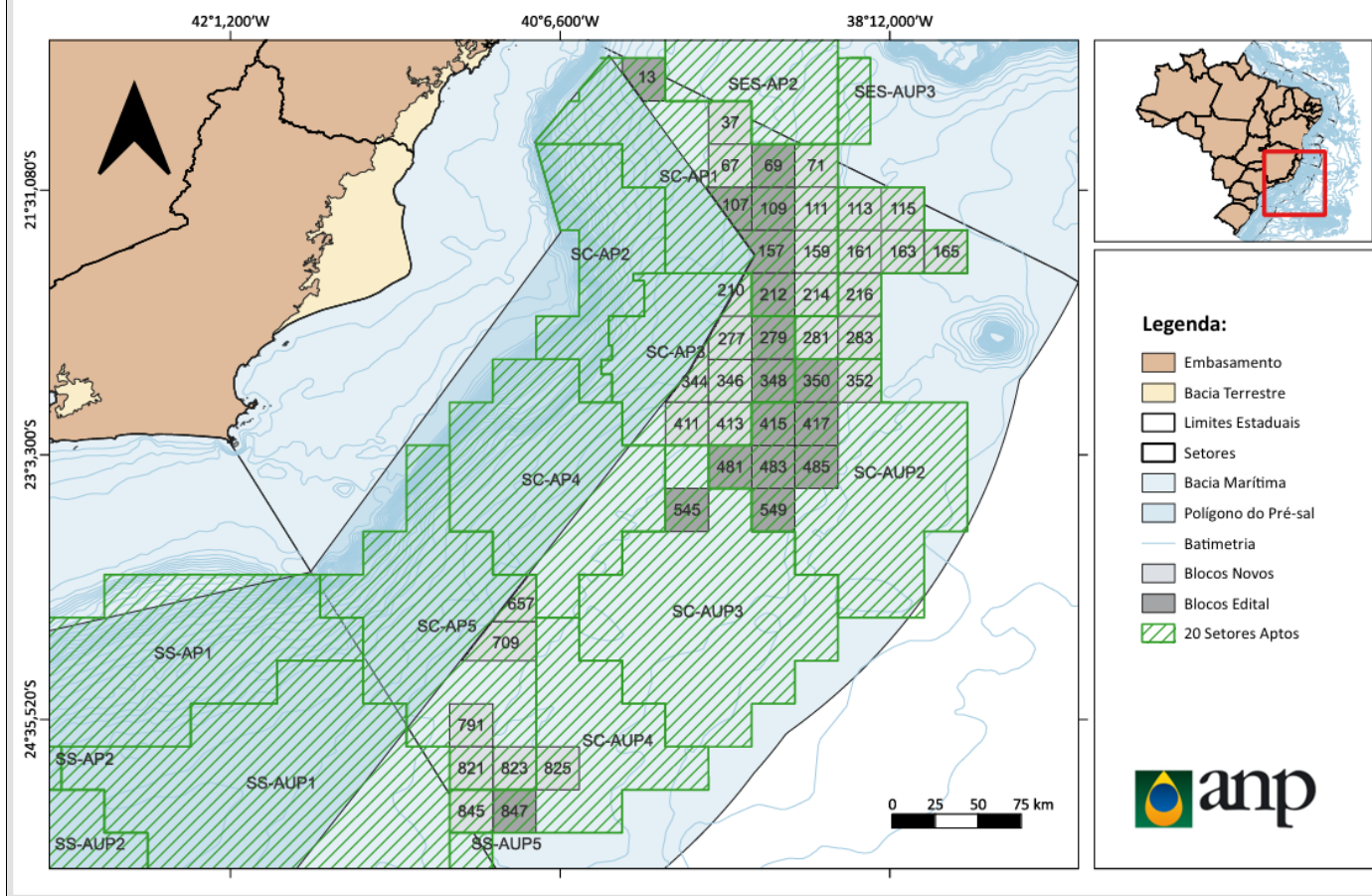


Figura 6 - Blocos aptos à oferta na OPC na Bacia de Campos.

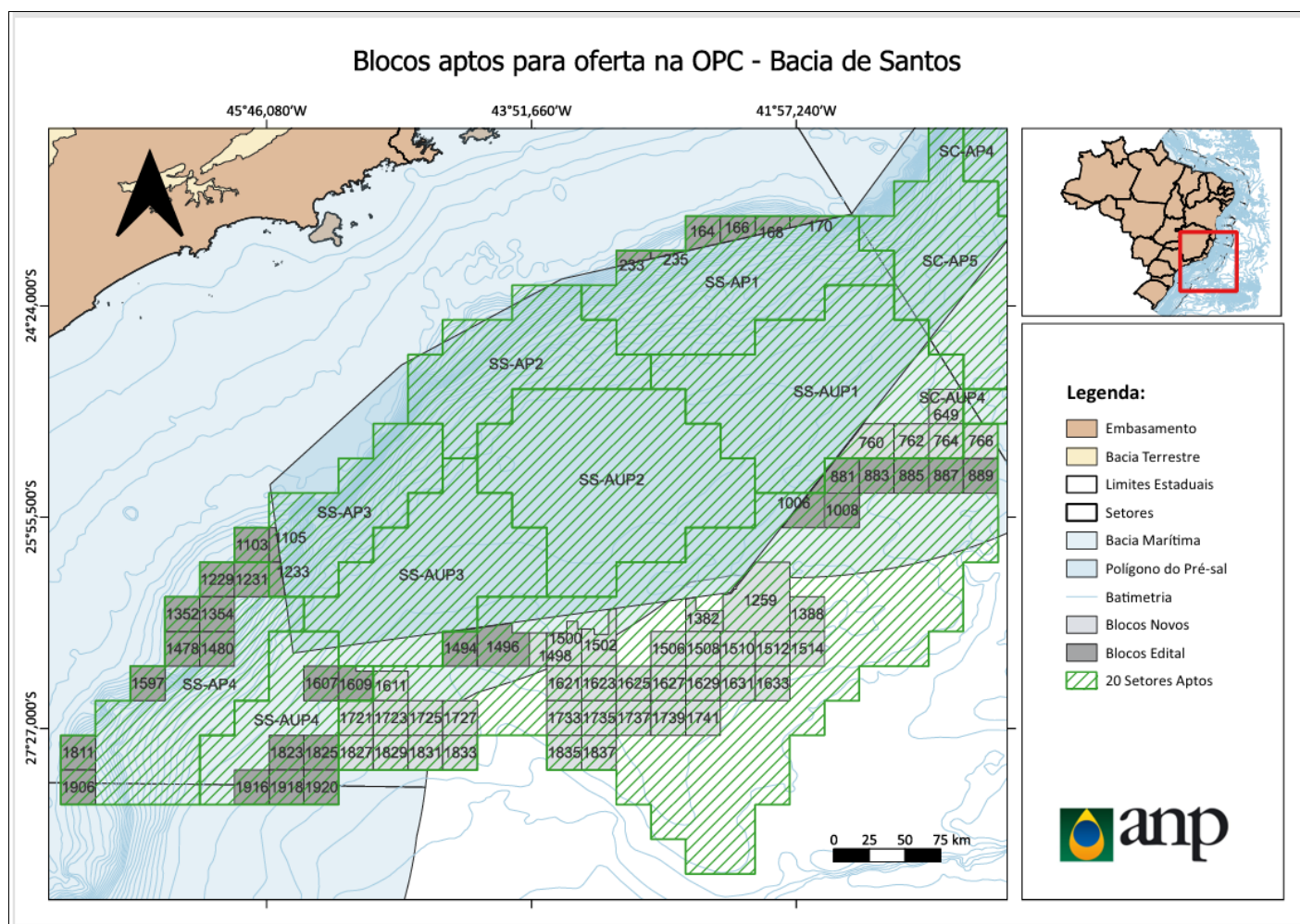


Figura 7 - Blocos aptos à oferta na OPC na Bacia de Santos.

4.5. Das Diretrizes Ambientais

As informações constantes dos pareceres técnicos e das manifestações conjuntas, usualmente denominadas “Diretrizes Ambientais”, são fundamentais para que as empresas interessadas possam propor Programas Exploratórios Mínimos compatíveis com a sensibilidade ambiental dos blocos. Por esse motivo, tais documentos são divulgados durante as Audiências Públicas e disponibilizados no sítio eletrônico da ANP, juntamente com as demais informações relativas aos procedimentos de oferta de áreas, bem como no Pacote de Dados.

Para esse lote de **127 (cento e vinte e sete) blocos**, compõem as Diretrizes Ambientais a serem disponibilizadas no sítio eletrônico da ANP os seguintes documentos:

- Parecer Técnico GTPEG nº 493/2025/MMA (SEI 5433247) [7];
- Manifestação Conjunta nº 01/2026 MME/MMA (SEI 5724105) [8].

5. CONCLUSÃO

Com base no Parecer Técnico GTPEG nº 493/2025/MMA [7], corroborado pela Manifestação Conjunta nº 01/2026 [8], conclui-se que a ANP está apta a ofertar os 127 (cento e vinte e sete) blocos localizados nas bacias do Espírito Santo, Campos e Santos, conforme apresentado nas **Figuras 5 a 7** e na **Tabela 4**.



Documento assinado eletronicamente por **FRANCISCO JOSE MARCELO PEREIRA, Agente Público S/CCT**, em 16/03/2026, às 16:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **VANESSA RODRIGUES BRAGA LEMOS CARNEIRO, Agente Público S/CCT**, em 16/03/2026, às 16:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **LUIZ AUGUSTO VITALI, Especialista em Regulação**, em 16/03/2026, às 17:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **GILCLEA LOPES GRANADA, Especialista em Regulação de Petróleo e Derivados, Álcool Combustível e Gás Natural**, em 16/03/2026, às 17:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **LUCIANA TAVARES DOS SANTOS DE ALMEIDA, Coordenadora V**, em 16/03/2026, às 22:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.anp.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **5736711** e o código CRC **3DF7FA64**.